

# CONTRIBUIÇÕES PARA UMA HISTÓRIA ECONÔMICA DO TEMPO PRESENTE: A CRISE DE 2007/2008 COMO EVENTO HISTÓRICO ESTRUTURANTE

LUIZ HENRIQUE DEBASTIANI\*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA – BRASIL

## RESUMO

Este artigo propõe uma análise da Crise Financeira de 2007/2008 como um evento histórico estruturante do tempo presente, cuja magnitude e efeitos duradouros desafiam abordagens tradicionais da história econômica. Partindo da História do Tempo Presente (HTP) como campo metodológico, investiga-se como essa crise, iniciada nos EUA e propagada globalmente, evidenciou os limites do regime de financeirização neoliberal e impulsionou transformações nas formas de regulação, governança e organização social. A pesquisa está dividida em duas seções: a primeira aborda os fundamentos epistemológicos da HTP e sua articulação com a história econômica; a segunda analisa a crise em si, suas causas e repercussões nos EUA e no Brasil. Ao unir estrutura e evento, memória e política, a abordagem busca compreender criticamente os rearranjos institucionais e o novo regime de historicidade do capitalismo contemporâneo, demonstrando as contribuições da HTP para a análise histórica de acontecimentos ainda em disputa semântica e política.

**Palavras-chave:** História Econômica; História do Tempo Presente; Crise Financeira de 2007/2008; Capitalismo Neoliberal.

## ABSTRACT

This article proposes an analysis of the 2007/2008 Financial Crisis as a structuring historical event of the present time, whose magnitude and lasting effects challenge traditional approaches in economic history. Drawing on Contemporary History as a methodological field, the study explores how the crisis, which began in the U.S. and spread globally, exposed the limits of the neoliberal financialized regime and triggered transformations in regulation, governance, and social organization. The research is divided into two sections: the first addresses the epistemological foundations of HTP and its dialogue with economic history; the second analyzes the crisis itself, its causes, and its impacts in the U.S. and Brazil. By linking structure and event, memory and politics, the approach seeks to critically understand institutional shifts and the new regime of historicity in contemporary capitalism, demonstrating how HTP contributes to analyzing events still under semantic and political dispute.

**Keywords:** Economic History; Contemporary History; 2007/2008 Financial Crisis; Neoliberal Capitalism.

\* Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Direito pela Unochapecó. Membro do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em História do Direito *Ius Commune* e do *Ius Gentium* - Grupo de Pesquisa em Direito Internacional (UFSC/CNPq). Bolsista de Pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc). E-mail: [luizdebas@gmail.com](mailto:luizdebas@gmail.com).

## RESUMEN

Este artículo propone un análisis de la Crisis Financiera de 2007/2008 como un evento histórico estructurante del tiempo presente, cuya magnitud y efectos duraderos desafían los enfoques tradicionales de la historia económica. A partir de la Historia del Tiempo Presente (HTP) como campo metodológico, se investiga cómo la crisis, iniciada en EE. UU. y extendida globalmente, expuso los límites del régimen neoliberal financiarizado y provocó transformaciones en la regulación, la gobernanza y la organización social. La investigación se divide en dos secciones: la primera aborda los fundamentos epistemológicos de la HTP y su diálogo con la historia económica; la segunda analiza la propia crisis, sus causas y sus repercusiones en EE. UU. y Brasil. Al articular estructura y acontecimiento, memoria y política, esta perspectiva busca comprender críticamente los cambios institucionales y el nuevo régimen de historicidad del capitalismo contemporáneo, demostrando cómo la HTP contribuye al análisis de eventos aún en disputa semántica y política.

**Palabras clave:** Historia Económica; Historia del Tiempo Presente; Crisis Financiera de 2007/2008; Capitalismo Neoliberal.

## INTRODUÇÃO

A Crise Financeira de 2007/2008 representa um marco decisivo na história econômica recente do capitalismo neoliberal. Iniciada com o colapso do mercado de hipotecas subprime nos Estados Unidos<sup>1</sup>, a crise se alastrou ao longo dos anos seguintes por instituições financeiras, bolsas de valores e economias nacionais no mundo todo<sup>2</sup>. Diferentemente de colapsos econômicos anteriores, ela não apenas expôs os limites do regime de financeirização inaugurado nas últimas décadas do século XX, como também desencadeou uma reestruturação duradoura nas formas de governança econômica, nas instituições internacionais e nas relações entre Estado e mercado, do que chamaremos de sistema de acumulação/regulação<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> TURNER, Sarah. Stocks Tumble on Subprime Woes. *The Wall Street Journal*, 9 ago. 2007. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB118665412622292869>. Acesso em 30 jul. 2025.

<sup>2</sup> BARROSO, Aloísio S. R. *Uma Economia Política da crise capitalista (2007-2017): Ascensão e ocaso do Neoliberalismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021; HAIDAR, Jamal I. Sovereign Credit Risk in the Euro Zone. *World Economics*, v. 13, n. 1, 2012.

<sup>3</sup> A exemplo do Crash de 1987, da crise financeira e imobiliária no Japão (1989-1990), o ataque à libra esterlina por grandes fundos de investimento (1990-1992), a crise do México (1994-1995), a crise da Ásia, iniciada na Tailândia (1997), com incidência na Rússia, Venezuela e Turquia (1998), a crise da balança de pagamentos do Brasil (1999), a crise das empresas de alta tecnologia com ações comercializadas na Nasdaq (2000) e na Argentina (2001).

O Crash de 1987, a violenta crise financeira e imobiliária no Japão (1989-1990), o ataque à libra esterlina por grandes fundos de investimento (1990- 1992), a crise do México (1994-1995), a crise da Ásia, iniciada na Tailândia (1997), com incidência na Rússia, Venezuela e Turquia (1998), a crise da balança de pagamentos do Brasil (1999), a crise das empresas de alta tecnologia com ações comercializadas na Nasdaq (2000) e na Argentina (2001), formaram uma espécie de caminho de antecipação de 20 anos para a crise das hipotecas subprime nos EUA e em países da Europa, tornada sistêmica pela falência do Banco Lehman Brothers, estopim da Crise de 2007/2008<sup>4</sup>. Se faz interessante compreender a anatomia desta grande crise em suas particularidades, para que se demonstre suas principais consequências imediatas e tendências que vêm se comprovando de 2007 até agora.

Sua proximidade temporal, contudo, impõe ao historiador econômico desafios metodológicos particulares no que concerne às contingências abertas pela análise da Crise de 2007/2008 como um “passado que se recusa a passar”<sup>5</sup>. A História do Tempo Presente (HTP), como campo historiográfico relativamente autônomo, pode oferecer uma abordagem apropriada para investigar este tipo de acontecimento recente, ajudando a produzir uma história mais reflexiva, ou seja, “mais atenta à historicidade da sua epistemologia e mais consciente da complexidade dos desafios do fazer da história hoje”<sup>6</sup>, de um momento ainda em disputa semântica, mas que por sua magnitude e efeitos pertinazes pode ser considerado como “evento histórico estruturante”<sup>7</sup>.

A proposta desta pesquisa, portanto, parte da premissa de que a Crise de 2007/2008 deve ser analisada como este “evento estruturante do tempo presente”, e não apenas como um desvio ou colapso episódico na história econômica recente. Sua silenciosa inscrição na memória coletiva, sua discreta instrumentalização por diferentes atores e sua capacidade de moldar

<sup>4</sup> BARROSO, Aloísio S. R. *Uma Economia Política da crise capitalista (2007-2017): Ascensão e ocaso do Neoliberalismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021, p. 67.

<sup>5</sup> Título do artigo de Ernst Nolte, de 6 de junho de 1986 na Frankfurter Allgemeine Zeitung “Die Vergangenheit, die nicht vergehen will” acerca do passado nazista que marca o início da Querela dos historiadores alemães (Historikerstreit).

<sup>6</sup> DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, jan./mar., 2018, p. 42

<sup>7</sup> DELACROIX, 2018, p. 69.

políticas de austeridade, populismos políticos e formas renovadas de organização social exigem uma abordagem que una a análise estrutural econômica à reflexão historiográfica.

Impõe-se, desta forma, o objetivo geral, qual seja o de examinar quais são as potencialidades da HTP enquanto abordagem metodológica para a análise da Crise Financeira de 2007/2008, e de que forma essa perspectiva contribui para compreender as transformações estruturais do capitalismo neoliberal e os rearranjos institucionais e políticos que dela decorreram, tomando a Crise como objeto e sintoma: objeto de investigação histórica e sintoma de uma mudança mais ampla no regime de historicidade do capitalismo contemporâneo, na tentativa de evidenciar como essa perspectiva permite iluminar as articulações entre estrutura e evento, entre memória e política, entre regulação econômica e disputa de sentidos, contribuindo para uma compreensão crítica das transformações históricas em curso desde então.

Para tanto, a pesquisa será dividida em duas seções. A primeira, de cunho epistemológico, versará sobre a HTP em sua própria constituição histórica enquanto campo, seus principais autores, categorias, ferramentas e contribuições metodológicas pertinentes para um diálogo com a História Econômica. A segunda, de cunho historiográfico, apresentará - a partir da abordagem analisada anteriormente - uma breve história da Crise de 2007/2008, com suas causas, características e tendências para o capitalismo neoliberal contemporâneo, abordando as assincronias entre os EUA - país em que se originou - e o Brasil.

## A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE NA HISTÓRIA ECONÔMICA

A noção de História do Tempo Presente (HTP), ou *Histoire du Temps Présent*, ou ainda *Zeitgeschichte*<sup>8</sup> consolidou-se, nas últimas décadas, como uma categoria instável e, ao mesmo tempo, indispensável à historiografia contemporânea. Sua formulação remete a uma reflexão mais profunda sobre o próprio conceito de tempo – um elemento central, mas historicamente

<sup>8</sup> Reinhart Koselleck, para caracterizar a *Zeitgeschichte*, usa o ditado alemão “*ein schönes Wort, aber ein schwieriger Begriff*” (bela palavra, mas um conceito difícil). A dificuldade em delinear seus contornos conceituais reflete tanto as tensões epistemológicas que permeiam sua constituição quanto às transformações mais amplas da disciplina histórica ao longo do século XX.

pouco tematizado na prática historiográfica. Durante séculos o tempo foi instrumentalizado como operador de classificação, sem que fosse assumido como objeto de análise em si mesmo<sup>9</sup>. Essa lacuna teórica revela-se particularmente sensível quando se trata da escrita do presente como objeto da história<sup>10</sup>.

Inserida na intersecção entre o imediato e a longa duração, a HTP problematiza os modos de construção do presente no tempo. Ao contrário da chamada “história imediata”, não se contenta com a crônica jornalística do factual: exige mediação crítica e reflexão epistemológica. Esse esforço remonta à primeira geração dos Annales, cujos fundadores – especialmente Marc Bloch e Lucien Febvre – já reivindicavam, nos anos 1930, o presente como objeto legítimo da investigação histórica. Para Bloch, era inconcebível compreender o presente ignorando o passado – ou compreender o passado sem o presente: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”<sup>11</sup>.

Porém, após a Segunda Guerra Mundial, esse ímpeto inicial ao “tempo presente” cedeu lugar a uma historiografia marcada pela valorização das estruturas de longa duração. A influência de Fernand Braudel e a reorientação para os períodos medievais e modernos marginalizaram o estudo do presente. Décadas mais tarde, Michel Foucault<sup>12</sup> propôs uma ou “ontologia do presente”, cujo horizonte se aproxima da noção de “regimes de historicidade” desenvolvida por François Hartog<sup>13</sup>. Nesse novo enquadramento, a história do tempo presente se alinha a um regime presentista, em que “o presente se converte na principal categoria temporal da consciência histórica contemporânea”<sup>14</sup>. Apenas com a publicação da obra coletiva

<sup>9</sup> CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

<sup>10</sup> DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012, p. 5.

<sup>11</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 65.

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la critique? *Bulletin de la Société française de philosophie*, v. 84, n. 2, p. 35-63, 1990. Disponível em: <https://blogs.law.columbia.edu/revolution1313/files/2022/01/Michel-Foucault-Quest-ce-que-la-Critique-1.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

<sup>13</sup> HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

<sup>14</sup> DELACROIX, 2018, p. 43.

*A História Nova*<sup>15</sup>, em 1978, a questão voltou a ganhar algum espaço, ainda que sob a rubrica ambígua de “História Imediata”, com texto de autoria de Jean Lacouture<sup>16</sup>.

O marco institucional mais significativo da HTP ocorreu com a criação, em 1978, do Institut d'Histoire du Temps Présent (IHTP), na França, sob direção de François Bédarida, substituindo o Comitê Francês de História da Segunda Guerra Mundial, criado em 1951. O IHTP surgiu em um contexto de reconstrução pós-traumática, fortemente marcado pela experiência deste que foi um dos principais “eventos historicamente estruturantes” do século XX. O rápido desenvolvimento de iniciativas semelhantes pelo mundo todo favoreceu uma “mundialização da memória” e uma multiplicação de demandas sociais por reconhecimento e verdade histórica acerca de eventos traumáticos recentes que produzem efeitos duradouros<sup>17</sup>. Apesar desses avanços, entre 1945 e 1970 persistia, entre muitos historiadores, a desconfiança em relação à legitimidade do estudo do passado recente. A consolidação da HTP dependeu de uma conjuntura específica: o pós-guerra europeu, saturado de eventos traumáticos que reconfiguraram identidades nacionais e temporalidades históricas<sup>18</sup>.

A singularização do tempo presente também se manifesta nas tentativas de dupla periodização. A Segunda Guerra Mundial é frequentemente tomada como marco inaugural da HTP, mas outras datas foram igualmente sugeridas ao longo do tempo – 1914, 1917, 1970, 1989 ou até o 11 de setembro de 2001. A lógica dessas propostas é a de que uma “última catástrofe” inaugura presente ainda imerso na “onda de choque do acontecimento traumático”, conforme o conceito de Paul Ricoeur<sup>19</sup>. Por isso, argumentamos aqui em defesa de uma história econômica do tempo presente cuja baliza inicial seja a grande Crise Financeira de 2007/2008.

<sup>15</sup> LE GOFF, Jacques. (Org). *A História Nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

<sup>16</sup> LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: LE GOFF, Jacques. (Org). *A História Nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 216-241.

<sup>17</sup> ROUSSO, Henry. Vers une mondialisation de la mémoire. Vingtième Siècle. *Revue d'histoire*, n. 94, abr.-jun., p. 3-10, 2007, p. 4. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20475024>. Acesso em 30 jul. 2025.

<sup>18</sup> Podemos elencar aqui, a critério de exemplo a divisão da Alemanha pós-Segunda Guerra, a Revolução Húngara de 1956, a Primavera de Praga de 1968, a Queda do Muro de Berlim em 1989, a Dissolução e Extinção do bloco soviético entre 1989 e 1991 e as guerras da Iugoslávia entre 1991-1991, entre outros.

<sup>19</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 33.

Do ponto de vista metodológico, a HTP é definida por dois limites móveis: acima, a presença de testemunhas vivas; abaixo, a linha tênue que separa o presente do passado imediato. Trata-se, portanto, de uma história ainda “em devir”, construída “sob os olhos dos próprios sujeitos envolvidos”<sup>20</sup>. Isso não implica o uso obrigatório de testemunhos orais, mas sublinha o caráter intersubjetivo e político da prática historiográfica. No Brasil, por exemplo, o adiamento dos efeitos da Crise Global de 2007/2008 por políticas econômicas anticíclicas do Governo Lula II, até meados de 2013, constitui uma baliza temporal distintamente relevante para esse campo, em relação à história do mesmo evento nos EUA<sup>21</sup>.

Rousso<sup>22</sup>, aponta a instabilidade constitutiva da HTP: trata-se de uma história da indeterminação, do inacabado e da multiplicidade do presente como objeto. Embora a Segunda Guerra Mundial ainda funcione como catástrofe fundadora, é o próprio presente que se mostra instável e plural. Sobre essa pluralidade, a contribuição de Ernst Bloch<sup>23</sup> também é decisiva, ao formular a ideia de “não contemporaneidade do contemporâneo”, referindo-se à coexistência de temporalidades díspares num mesmo presente<sup>24</sup>.

Esse desafio se acentua diante da multiplicidade temporal, das tensões sociais e das instabilidades do presente, o que exige da HTP o mesmo rigor epistemológico demandado em qualquer campo da história<sup>25</sup> e em qualquer realidade nacional, como a brasileira<sup>26</sup>. É nesse sentido que a HTP se afirma como uma abordagem singular – mas não excepcional – no ofício historiográfico: uma história feita sob o olhar do presente, mas sem ceder à sua pressão

<sup>20</sup> DELACROIX, 2018, p. 50.

<sup>21</sup> Ainda está gravado na memória coletiva brasileira a maneira jocosa com que Lula se referia aos possíveis impactos da Crise de 2007/2008 no Brasil como “marolinha”. Ver: GALHARDO, Ricardo. Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será ‘marolinha’. *O Globo*, 4 out. 2008. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>. Acesso em: 30 jul. 2025.

<sup>22</sup> ROUSSO, Henry. L’histoire du temps présent, vingt ans après. *Bulletin de l’IHTP*, n. 75, jun., 2000. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/ihtp\\_0247-0101\\_2000\\_num\\_75\\_1\\_1686](https://www.persee.fr/doc/ihtp_0247-0101_2000_num_75_1_1686). Acesso em: 30 jul. 2025.

<sup>23</sup> BLOCH, Ernst. *The Heritage of our Times*. Trad. Neville e Stephen Plaice. Berkeley: University of California Press, 1990. Para uma perspectiva marxista desse contratempo histórico ver: BENSÂID, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

<sup>24</sup> DELACROIX, 2018, p. 50.

<sup>25</sup> DOSSE, 2012.

<sup>26</sup> FERREIRA, Marieta M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.



imediate. Essa inflexão se articula ao surgimento de um novo regime de historicidade, marcado pela crise do futuro, que projeta seus efeitos sobre o espaço de experiência e sobre a maneira como interpretamos o passado<sup>27</sup>.

Nesse quadro, o historiador do presente é interpelado por uma demanda crescente por interpretações historiográficas que cumpram uma tríplice função: crítica, cívica e ética<sup>28</sup>. Como propõe Bédarida na primeira edição do *Bulletins d'Institut d'histoire du temps présent*<sup>29</sup>, cabe à história desmontar narrativas cristalizadas e “colaborar na constituição de uma consciência histórica partilhada”. A noção de “lacuna”, associada à experiência geracional, permite compreender o presente como uma ruptura temporal<sup>30</sup>. Em vez de uma sucessão linear e contínua, o tempo se apresenta como um intervalo, uma ausência que exige do sujeito histórico a produção de sentido. Nessa perspectiva, a HTP não se orienta por um *telos*, mas pelo *kairos* – uma abertura ao sentido contingente que emerge dos próprios acontecimentos, recusando qualquer teleologia<sup>31</sup>.

A historiografia oitocentista, consolidada por Langlois e Seignobos<sup>32</sup>, contribuiu para restringir o campo de atuação do historiador ao passado distante. Nessa tradição positivista, o distanciamento temporal seria condição necessária para a objetividade científica, tornando inviável o estudo do contemporâneo. Contudo, a HTP contesta esse pressuposto, ao assumir a legitimidade de se analisar eventos ainda em curso, “vividos inclusive pelos próprios historiadores”<sup>33</sup>. Essa abordagem pressupõe a valorização do evento, da contingência e da aceleração temporal – características do mundo contemporâneo que desafiam os paradigmas anteriores. A ideia de “tempo presente” deixa de ser estática e assume um caráter móvel, redefinido conforme as testemunhas de cada época desaparecem.

<sup>27</sup> DOSSE, 2012, p. 18.

<sup>28</sup> DOSSE, 2012, p. 19.

<sup>29</sup> BÉDARIDA, François. Le Travaux de l'Institut d'histoire du temps présent. *Bulletin de l'IHTP*, n° 1, 1980, p. 10-15. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/ihtp\\_0247-0101\\_1980\\_num\\_1\\_1\\_970](https://www.persee.fr/doc/ihtp_0247-0101_1980_num_1_1_970). Acesso em: 30 jul. 2025.

<sup>30</sup> CERTEAU, 1998.

<sup>31</sup> DOSSE, 2012, p. 20.

<sup>32</sup> SEIGNOBOS, Charles; LANGLOIS, Charles V. *Introdução aos Estudos Históricos*. Curitiba: PatolaLivros, 2017, entre outros.

<sup>33</sup> FERREIRA, 2018, p. 87.



A reflexão de Paul Ricoeur<sup>34</sup> é, aqui, particularmente fecunda: a HTP permite observar aquilo que, no presente, ainda permanece virtual, aberto ao possível. Isso amplia o escopo da análise histórica, exigindo, em contrapartida, vigilância metodológica frente a memórias concorrentes e fontes vivas. Diante do cenário brasileiro atual, marcado pela polarização política e pela degradação do espaço público, a HTP ganha ainda mais relevância. Seu papel é contribuir para a compreensão crítica dos conflitos contemporâneos “sem se deixar capturar pelo partidarismo”<sup>35</sup>, mas sempre com o horizonte democrático em vista<sup>36</sup>.

Nas últimas décadas, esta renovação da historiografia proposta pela HTP tem implicado uma revisão profunda das formas tradicionais de se pensar a economia como dimensão estruturante da vida social. O modelo determinista, que concebia a infraestrutura econômica como vetor unívoco das demais esferas da existência, tem sido crescentemente questionado. A crítica ao economicismo reducionista, ao enfatizar a agência dos fatores culturais na conformação das estruturas sociais e econômicas, exemplifica esse movimento de reavaliação conceitual<sup>37</sup>. Ao mesmo tempo, verifica-se um esgotamento do paradigma positivista da História Econômica clássica, centrado na quantificação como critério exclusivo de cientificidade<sup>38</sup>. Tal inflexão se articula ao próprio espírito da HTP, que exige uma abordagem mais sensível às mediações simbólicas, institucionais e políticas que atravessam os processos econômicos e os integram a contextos históricos concretos.

É nesse horizonte que se inscreve a proposta de uma História do Tempo Presente na História Econômica, atenta à complexidade e ao dinamismo das relações econômicas contemporâneas e a caminhos teóricos fecundos para esse empreendimento, ao tratar o sistema econômico não como uma estrutura fixa, mas como uma totalidade historicamente

<sup>34</sup> RICOEUR, 1998.

<sup>35</sup> FERREIRA, 2018, p. 101.

<sup>36</sup> MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016: a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016.

<sup>37</sup> Ver obras como VILAR, Pierre. *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1982 e THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>38</sup> BARROS, José D'Assunção. História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 11, p. 5-51, jan. 2008, p. 8.

determinada e internamente coerente<sup>39</sup>. A incorporação de abordagens interdisciplinares como esta proposta, permite recolocar as instituições, as normas e os regimes políticos como elementos constitutivos dos processos econômicos. Essa perspectiva ganha especial relevância quando aplicada à análise da Crise Financeira Global de 2007/2008, como evento historicamente estruturante, cujos efeitos reconfiguraram as bases materiais, simbólicas e políticas do capitalismo contemporâneo.

## A CRISE DE 2007/2008 COMO EVENTO HISTÓRICO ESTRUTURANTE

No âmbito da HTP, o conceito de “evento historicamente estruturante” - às vezes formulado como “inaugural”, “rupturista”, “catástrofe-marco” - refere-se a um acontecimento que não apenas faz parte da sucessão cronológica, mas que altera as condições de possibilidade de pensar o tempo, a memória, a política ou a sociedade<sup>40</sup>. Ou seja: é um evento que estrutura uma nova configuração temporal-histórica, criando uma nova “era”, “regime de historicidade” ou um novo modo de relação entre passado/presente/futuro. Este conceito ajuda a justificar e fundamentar a ideia de que se está lidando com um tempo presente historicamente diferenciado – e não apenas com a continuação do passado numa linha ininterrupta.

Alguns dos elementos centrais desse conceito são: a) o momento de ruptura: o evento marca uma divisão com o “antes” e instaura um “depois” com características distintas<sup>41</sup>; b) a reconfiguração da temporalidade: o evento transforma como o tempo histórico (passado/presente/futuro) é concebido, experimentado ou narrado<sup>42</sup>; c) o impacto social, político, memorial ou identitário: o evento normalmente gera forte demanda de memória, testemunho, justiça, ou conflito de narrativa histórica; e por fim, d) a característica de

<sup>39</sup> BARROS, 2008, p. 10.

<sup>40</sup> ROUSSO, Henry. The Latest Catastrophe: History, the Present, the Contemporary. *H-France Review*, v. 17, n. 93, jun. 2017.

<sup>41</sup> Por exemplo, para Rousso, a HTP começa com a “última catástrofe”, em sua exposição, a Segunda Guerra Mundial.

<sup>42</sup> RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. *História* (São Paulo), v. 42, 2023.

“estruturação”: mais que ser apenas um acontecimento, exerce efeito estruturante nas categorias históricas ou nas formas de pensar a história contemporânea.

Na dinâmica capitalista, os períodos de estabilidade se revelam apenas como “consolidações parciais da reprodução social”<sup>43</sup>, posto que os sistemas de regulação não são dotados de estabilidade ou de planejamento para além das suas condicionantes, de modo que não há uma configuração perfeita entre o sistema de acumulação e a estrutura institucional que lhe dá apoio.

Nas crises do capitalismo contemporâneo, os principais “perdedores”<sup>44</sup> são a maioria da população que depende do emprego e do rendimento assalariado, bem como os estados nacionais que socorrem os detentores da riqueza financeira e produtiva, a eles transferindo, sob diversas formas, recursos monetário-financeiros que estabelecem pisos para a desvalorização tanto dos ativos financeiros quanto dos ativos operacionais. Nesse movimento engendra-se a concentração de renda e de riqueza aprofundando globalmente as desigualdades socioeconômicas típicas da dinâmica capitalista quando liberta de toda sorte de regulação, fiscalização e controle do Estado através das instituições relacionadas às estruturas do mundo econômico (bancos centrais, tesouros nacionais, ministérios, autarquias, organizações multilaterais etc.).

A interpretação da dinâmica da globalização capitalista crítica, pela raiz, a ideia neoliberal de globalização como um processo internacional de hegemonização das características do “mundo desenvolvido” que abriria a todos os países as oportunidades de superação do subdesenvolvimento, tanto pelo crescimento pleno e sem restrições dos mercados quanto pela política econômica do ideário liberal contemporâneo<sup>45</sup>.

<sup>43</sup> HIRSCH, Joachim. *Teoria materialista do Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010, p. 125.

<sup>44</sup> SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. 1ª edição. São Paulo, Boitempo, 2018. Ver também: POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Editora da Unicamp: Campinas, 2019; BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

<sup>45</sup> Uma crítica filosófico-econômica contundente à nova forma de dominação global – descentralizada, pós-nacional – ligada ao neoliberalismo pode ser encontrada em WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Trad. Renato Aguiar. São Paulo: Contraponto, 2007; HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2008; STIGLITZ, Joseph. *A Globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura Editora, 2002; DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Das complexidades nacionais e internacionais, abertas pela Crise de 2007/2008, não emergiu uma arquitetura institucional global capaz de constituir formas de regulação e fiscalização que contribuam para soluções público-privadas e internacionais na organização de saídas da crise e reordenação do desenvolvimento mundial. Saídas essas referenciadas não somente ao crescimento econômico, mas à superação gradativa e continuada das iniquidades relacionadas à apropriação de renda e riqueza.

A análise da Crise de 2007/2008 – a primeira do século XXI –, para efeitos desta pesquisa, se assenta em duas ideias centrais interarticuladas: a) esta grande Crise emerge como uma depressão, não como uma recessão corriqueira ou mesmo acentuada; e b) as tendências resultantes – e em curso – intensificam de maneira inédita a problematização do processo de desenvolvimento da acumulação e reprodução do capitalismo contemporâneo, resultando naquilo que chamamos de um ‘Evento Histórico Estruturante’<sup>46</sup>.

Em sua exposição *n’O Capital*, Livro III, Marx não só conceitua sinteticamente a natureza geral das crises no capitalismo, como as integra no processo global deste modo econômico-social de se desenvolver e produzir riquezas<sup>47</sup>. Isso deve levar, cedo ou tarde, a que a rentabilidade do capital - no marco do modo de acumulação e regulação existente - decresça e que o crescimento capitalista se detenha, surgindo uma crise de toda a formação social. Isso explica por que a história do desenvolvimento do capitalismo não se desenvolve de forma contínua e perpetuamente estável, mas que as transições de sistemas de acumulação sejam frutos de crises e rupturas.

Sempre direcionada para a produção do valor, “a força motriz da produção capitalista é a valorização do capital, ou seja, a criação de mais-valia, sem nenhuma consideração para com

<sup>46</sup> DELACROIX, 2018, p. 42.

<sup>47</sup> Simultaneamente à queda da taxa de lucro cresce a massa dos capitais, e paralelamente a essa queda ocorre uma desvalorização do capital existente, que detém essa queda e imprime um impulso acelerador da acumulação de valor do capital. (...) Essas diversas influências se fazem sentir, ora de maneira mais justaposta no espaço, ora de maneira mais sucessiva no tempo; o conflito entre as forças antagônicas desemboca periodicamente em crises. Estas são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado. (MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 288).

o trabalhador”<sup>48</sup>. Daí que, na dinâmica do capitalismo, a(s) crise(s) é parte constitutiva da sua dinâmica estrutural. Assim, é o sistema de crédito e suas tendências em concentrar escalas de produção e centralizar capitais que leva a concentração de poder decisório e influenciados “nas mãos dos bancos”, que são por si próprios, na maioria das vezes grandes corporações transnacionais. Ao controlar a riqueza, o sistema de crédito reforça o poder do “capital em geral” sobre a força de trabalho, determinando consequências políticas e jurídicas<sup>49</sup>.

Há um fetiche crescente que dissimula o domínio do capital em geral sobre o trabalho coletivo impulsionado pela financeirização do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, no qual o capital financeiro, em sua “fúria de valorização fictícia da riqueza”, explicita a tendência de jogar a economia capitalista global em sucessivas crises de super acumulação<sup>50</sup>.

Ou seja, o momento inicial de *laissez-faire* no capitalismo, no qual a concorrência seria predominante, foi sucedido pela contínua concentração e centralização do capital, fazendo assim com que os monopólios dominassem progressivamente as frações de capital no âmbito da economia<sup>51</sup>, o que constituiria a nova fase de um movimento decorrente do desenvolvimento das forças produtivas, do qual um dos resultados seria a queda tendencial da taxa de lucro. O capitalismo concorrencial foi assim sucedido por um capitalismo monopolista, em que o Estado passa a ser um instrumento da dominação dos monopólios, atuando a serviço destes<sup>52</sup>.

Argumenta-se que as crises de acumulação são também crises de regulação e, portanto, são também sempre crises de hegemonia, nas quais são questionadas as conciliações sociais vigentes, os mecanismos de integração e exclusão, os valores da sociedade e suas representações sobre a ordem<sup>53</sup>. A acumulação do capital se estanca quando a sua dinâmica

<sup>48</sup> MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p.106.

<sup>49</sup> BELLUZZO, Luiz G. M. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Unesp, 2013. p. 97.

<sup>50</sup> BELLUZZO, 2013. p. 109.

<sup>51</sup> BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Thomson Learning, 2006, p. 57.

<sup>52</sup> CALDAS, Camilo O. *Teoria da derivação do Estado*. 2. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021, p. 55.

<sup>53</sup> Tal concepção se apoia na Teoria da Regulação francesa, que surge em meados da década de 1970, dentro do Centre pour la recherche économique et ses applications (Cepremap), a partir dos trabalhos de Michel Aglietta, André Orléan, Bernard Billaudot, Robert Boyer, e Alain Lipietz, buscando uma síntese eclética entre keynesianismo, marxismo, institucionalismo americano, historicismo alemão e a Escola dos Annales. Ver: AGLIETTA, Michel. *A theory of capitalist regulation: the US experience*. London: Verso, 2000; LIPIETZ, Alain.

entra em colisão com o sistema de regulação imperante, colocando em questão o processo de valorização de capital. Com o desmoronamento do “cimento ideológico” que dá coesão ao aparelho estatal e a sociedade civil, desmorona-se também a unidade e a capacidade de funcionamento do sistema regulativo: algumas partes tornam-se independentes, os conflitos entre as instituições se agravam, a direção política parece desorientada e a “governabilidade” torna-se problemática<sup>54</sup>.

A configuração de uma nova formação capitalista se realiza em um complicado processo de lutas e confrontações no qual participam muitos atores sociais. Por isso, ela não segue uma “estratégia” pré-estabelecida, mas continua subordinada ao fato de que as suas estruturas, através da ação de indivíduos e grupos, sejam configuradas conscientemente e consolidadas ideologicamente, ou seja, desenvolvendo um novo “projeto hegemônico”. Para Hirsch<sup>55</sup>, as crises “são o veículo com o qual o capitalismo se mantém apesar de suas contradições no decorrer do tempo”. Para a sociedade capitalista vale a ideia de que tudo deve se modificar para que tudo continue como está<sup>56</sup>.

Essa complicada relação de continuidade e ruptura no desenvolvimento capitalista, impossibilita a identificação de crises e transições entre as formações históricas dessa sociedade tomando-se unicamente alguns traços econômicos isolados. Todo modo de regulação e acumulação apresenta certas margens de adaptação, e através delas, se modifica no decorrer do tempo. Por isso, na prática, não é tão simples distinguir entre as crises na regulação e as crises da regulação.

Apesar de o Sistema de Acumulação/Regulação neoliberal sempre ter apresentado tendências a crises financeiras em momentos fundamentais de sua expansão territorial, ao trazer

---

Accumulation, crisis and way outs: some methodological reflections on the concept of ‘regulation’. *International Journal of Political Economy*, v. 18, n. 02, 1988, p. 10-43.

<sup>54</sup> JESSOP, Bob. *Nicos Poulantzas: marxist theory and political strategy*. Nova Iorque: Macmillan, 1985, p. 90. Ver também: JESSOP, B. Regulation Theories in Retrospect and Prospect. In: *Economy and Society*, v. 10, n. 2, p. 153-216, 1990.

<sup>55</sup> HIRSCH, 2010, p. 135.

<sup>56</sup> Célebre frase proferida pelo personagem Tancredi Falconeri, no romance histórico *Il Gattopardo*, do italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa.

economias até então dirigidas pelo Estado para o âmbito da “regulamentação do mercado”, a Crise de 2007/2008 é particular porque:

Não apenas emanou do centro em vez de surgir de algum ponto da periferia, como também revelou falhas estruturais profundas na arquitetura institucional de contratos, fundos e mercados que compunham o sistema financeiro novo e desregulamentado. Em outros termos, estamos diante de uma crise sistêmica, que é sempre um evento de proporções épicas e efeitos duradouros<sup>57</sup>.

Ela toma sua forma primeira com a explosão da chamada bolha financeira das hipotecas *subprime*, na Bolsa de Nova Iorque, em agosto de 2007<sup>58</sup> e teve, por sua vez, influência significativa no colapso do banco Lehmann Brothers, lotado dessas hipotecas inadimplentes e “empacotadas” por outros serviços bancários. Noutras palavras, a inadimplência e a desvalorização abruptas desses títulos imobiliários transformaram uma crise de crédito clássica numa enorme crise financeira e bancária, onde os derivativos de crédito e os produtos estruturados desses créditos imobiliários ampliaram os prejuízos originais e redistribuíram os riscos globalmente<sup>59</sup>.

Além disso, a crescente desigualdade econômica da sociedade americana também pode ser considerado um vetor da Crise:

Seria possível que a alta da desigualdade americana tivesse contribuído para a eclosão da Crise de 2007/2008? Considerando que a parcela do décimo superior na renda nacional americana atingiu dois picos absolutos ao longo do último século, um em 1928 (às vésperas da Crise de 1929) e o segundo em 2007 (às vésperas da Crise de 2007/2008), é difícil evitar essa pergunta. Do meu ponto de vista, não resta dúvida de que o aumento da desigualdade contribuiu para fragilizar o sistema americano. A razão é simples: a alta da desigualdade teve como consequência uma quase estagnação do poder de compra das classes populares e

<sup>57</sup> GUTTMANN, Robert. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nov./2008. p. 11.

<sup>58</sup> A primeira matéria sobre a crise das hipotecas subprime, ainda sem o conhecimento da dimensão que esta iria tomar, foi publicada pelo *The Wall Street Journal*, em 9 de agosto de 2007. TURNER, Sarah. Stocks Tumble on Subprime Woes. *The Wall Street Journal*, 9 ago. 2007. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB118665412622292869>. Acesso em 30 jul. 2025. No dia seguinte, a questão já tomava contornos mais definidos. BAJAJ, Vikas; LANDLER, Mark. Mortgage Loses Echo in Europe and on Wall Street. *The New York Times*, 10 ago. 2007. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2007/08/10/business/10markets.html?ref=todayspaper>. Acesso em: 30 jul. 2025.

<sup>59</sup> BARROSO, 2021, p. 92.



médias nos EUA. Daí só poderia resultar o endividamento crescente das famílias menos abastadas, sobretudo considerando que o acesso ao crédito foi ficando cada vez mais fácil e a falta de regulação dos bancos e instituições de intermediação financeira, cada vez menos escrupulosas, ávidas por bons rendimentos, pela enorme poupança financeira injetada no sistema pelos mais ricos<sup>60</sup>.

Em setembro de 2008, com a falência do Lehmann Brothers<sup>61</sup>, o sistema internacional colapsou completamente. Ou seja, neste ano a crise se tornou sistêmica, isto é, houve a interrupção súbita do financiamento do movimento do capitalismo globalmente, do centro à periferia. Logo em seguida, o FED (Banco Central dos EUA) adotou uma política inédita e completamente fora dos padrões: todas as instituições financeiras passaram ao estado de risco sistêmico. Ou seja, além dos bancos “grandes demais para quebrar”, tratava-se de salvar todas as instituições financeiras para reestabelecer as leis do mercado, em colapso. O FED assegurou a compra de todos os títulos oferecidos, pagando por eles um valor até maior do que o praticado no mercado<sup>62</sup>.

Entre 2009 e 2010 emerge a chamada crise das dívidas soberanas na Europa, como resultado do financiamento da crise pelos bancos centrais, socorrendo os grandes bancos privados, com uma trilionária injeção de dólares. Uma montanha inimaginável de dinheiro e incontável proliferação de capital fictício<sup>63</sup>. Notadamente entre 2008 e 2013 os bancos centrais dos EUA, da Europa, da Inglaterra e do Japão passaram a ser os maiores compradores de títulos.

A partir de 2011, outra fase da crise global se expandiu fortemente, para a América Latina em especial. A fraqueza da economia mundial causada pela dificuldade dos países do

<sup>60</sup> PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro. Editora Intrínseca, 2014, p. 289.

<sup>61</sup> MOLLENKAMP, Carrick; CRAIG, Susanne; NG, Serena, et. al. Lehman Files for Bankruptcy, Merrill Sold, AIG Seeks Cash. *The Wall Street Journal*, 16 set. 2008. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB122145492097035549>. Acesso em 30 jul. 2025.

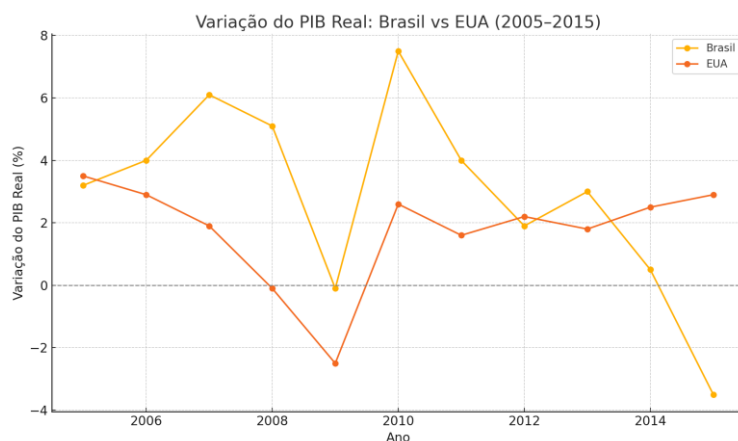
<sup>62</sup> Essa compra de títulos pelo FED, que ficou conhecida como *Wall Street Bailout* foi autorizada pela *Emergency Economic Stabilization Act*, proposta pelo secretário do tesouro Henry Paulson, que após ratificada pelo presidente George W. Bush, autorizou o uso de 700 bilhões de dólares para a compra de ativos danosos dos grandes bancos americanos. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Emergency Economic Stabilization Act of 2008. Public Law 110-343, 3 out. 2008. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/COMPS-8925/uslm/COMPS-8925.xml>. Acesso em: 30 jul 2025.

<sup>63</sup> HAIDAR, Jamal I. Sovereign Credit Risk in the Euro Zone. *World Economics*, v. 13, n. 1, 2012.

centro capitalista incidiu na redução do crescimento da região. Em julho de 2016, dados da CEPAL<sup>64</sup> informavam que os países da América Latina e Caribe apresentariam uma retração em seu PIB de -0,8%, queda maior do que a observada em 2015, de -0,5%, com um comportamento muito heterogêneo entre países e sub-regiões, pelo segundo ano consecutivo. Para o Brasil a previsão de retração foi de 3,5%<sup>65</sup>, em contrafluxo ao que vinha ocorrendo nos EUA, já davam sinais de recuperação, como demonstra a Figura 1, na página seguinte.

Sendo assim, pode-se afirmar que a Crise de 2007/2008 é expressão do processo de acumulação do capital, que só pode se manter por meio de crises econômicas e políticas intermitentes. A sua dinâmica fez com que o modo de trabalho e de consumo, a tecnologia, as estruturas sociais e as relações de classes, em suma: a forma histórica concreta disso que se chama ‘capitalismo’ tenha sido consideravelmente transformada por um evento catastrófico proveniente de sua própria estrutura.

**Figura 1 - Gráfico de Variação do PIB Real: Brasil vs EUA (2005-2015)**



Fonte: IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *SCNT – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*, 2025. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib#evolucao-taxa](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa). Acesso em: 30 jul 2025. Banco Mundial INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *SCNT – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*, 2025. Disponível em:

<sup>64</sup> CEPAL. Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2016, p. 8. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/db5d9d14-44ba-4f62-a08a-b0c420a6627e/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

<sup>65</sup> CEPAL, 2016, p. 9.

[https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib#evolucao-taxa](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa). Acesso em: 30 jul 2025.

O processo de acumulação do capital, impulsionado pelo imperativo de maximização de lucros e avançando no marco de um sistema de acumulação, conduz a uma constante modificação da composição do capital<sup>66</sup>, das tecnologias de produção, das estruturas de trabalho e de classe, como também das relações entre a produção de mercadorias e as condições naturais e sociais de produção. Ao longo do tempo isso faz com que haja um choque das diversas inovações com o sistema de regulação existente e<sup>67</sup>, como o Estado não é outra coisa senão a condensação institucional de relações sociais de força<sup>68</sup>, isso deve levar sempre a novas crises institucionais e a processos de reorganização no sistema político e jurídico.

Hirsch<sup>69</sup> afirma que os sistemas de regulação apresentam “certa rigidez institucional e normativa, a qual se deve tanto à inércia das organizações, à inconsistência das rotinas e orientações de ação, como à efetividade organizativa dos interesses estabelecidos”. Isso implica que a forma existente de institucionalização das relações de classe e as relações sociais de força não são indefinidamente flexíveis, nem tampouco facilmente passíveis de modificação gradual.

Complementa Salama<sup>70</sup>, que a crise é ao mesmo tempo necessária ao capital para que ele se reproduza, e é perigosa quanto às possibilidades de sua própria reprodução. A regeneração do capital necessita da intervenção do Estado. Essa intervenção permite qualificar em parte o Estado por uma “função de regeneração” e “função de legitimação”. Quando a função de regeneração (acumulação) se opõe fortemente à função de legitimação, a ponto da intervenção pública decorrente ser totalmente insuficiente para assegurar a reprodução do capital e da relação de produção que está ligada a ela, a “busca por legitimação é abandonada

<sup>66</sup> PIKETTY, 2014, p. 292.

<sup>67</sup> AGLIETTA, 2000.

<sup>68</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Trad. Rita Lima. São Paulo: Paz & Terra, 2009.

<sup>69</sup> HIRSCH, 2010, p. 131.

<sup>70</sup> SALAMA, Pierre. *Estado e Capital: O Estado capitalista como abstração real*. In: Estudos CEBRAP, n. 26, São Paulo, 1980, p. 120-156, p. 140.

em benefício de uma reprodução direta e acentuada”<sup>71</sup>. Ela constitui um meio diferente para que se possa efetuar, nas condições tidas como as melhores para a burguesia, a função de acumulação. Mas compreende-se também por que a burguesia prefere inicialmente escolher uma legitimação maior.

Por outro lado, o Estado, como elemento fundamental da reprodução da dinâmica capitalista, é menos um meio de salvação social do que, propriamente, um dos elos da própria crise. A forma política altera circunstâncias econômicas e sociais que se rearranjam em novas configurações, mantendo as bases gerais da valorização do valor<sup>72</sup>. O mesmo ocorre com a forma jurídica, posto que por mais variáveis que sejam os remédios jurídicos tomados em situações de crise do capital, a alteração das normas jurídicas não chega à ruptura da forma jurídica<sup>73</sup>. O sujeito de direito continua sendo a bases para a reprodução social, garantindo, assim, o circuito mercantil e a reprodução do capital.

Em resumo, as crises capitalistas apresentam-se como um momento no qual existe uma reorganização das relações sociais existentes. Justamente por conta disso, acirram o embate entre as classes e a crítica ao capitalismo como um todo. Isso não significa, no entanto, que elas não possam resultar no oposto: uma ordenação mais conservadora, repressora e de exploração ainda mais brutal. Tal é, propriamente, o caráter da Crise de 2007/2008 e tais são os seus reflexos no tecido social.

A dinâmica, o ritmo e o grau das transformações, a partir da crise de 2007/2008, indicam que se está “vivenciando uma nova reestruturação produtiva, superando qualitativamente a ocorrida no período neoliberal, durante as décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000”<sup>74</sup>. O processo de acumulação flexível<sup>75</sup> é uma das características mais marcantes da reestruturação

<sup>71</sup> SALAMA, 1980, p. 142.

<sup>72</sup> HIRSCH, 2010, p. 127.

<sup>73</sup> PACHUKANIS, Evgeny. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2015.

<sup>74</sup> TONELO, Iuri. Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008. In: ANTUNES, R. (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 139.

<sup>75</sup> HARVEY, David. *A Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992, p. 140 desenvolve o conceito de “acumulação flexível”, o qual ele caracteriza como: Marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

produtiva neoliberal: sua marca é ter ultrapassado os limites da rigidez fordista, incorporando os elementos de avanço tecnológico do Toyotismo e indo além, uma vez que esteve intimamente relacionada com a globalização do capital, ou seja, com a hegemonia neoliberal. Nesse processo, em que o capital financeiro atinge níveis inimagináveis de articulação entre distintas regiões do globo como forma de combinar a exploração mais selvagem do trabalho, ele se utiliza dos grandes polos industriais para produção e montagem, e se aproveita dos melhores polos tecnológicos como parte da composição da produção<sup>76</sup>.

Tonelo<sup>77</sup> afirma que, “após a Crise de 2007/2008, o capital entrou em um impasse: à bancarrota do modelo de acumulação neoliberal sem a perspectiva de uma nova resolução de acumulação internacional”. O resultado para o mundo do trabalho também não poderia ser outro. Não se tratou de negar os métodos do período neoliberal – já que não se encontrara outro padrão de acumulação capaz de levar a uma metamorfose completa e mais abrupta –, mas sim de buscar aprofundá-los dentro das novas condições econômicas, o que só poderia levar a formas de decomposição do trabalho e da estrutura produtiva de muitos países, em nome da ação de aumentar as margens de lucro de um conjunto de monopólios<sup>78</sup>.

Dentre as condições impostas pela crise internacional, que apontam para aspectos de transformação na forma de acumulação flexível capitalista, podem se destacar as seguintes: o modo como os planos de austeridade – no Brasil, implementados a partir de 2014 com Joaquim Levy no Ministério da Fazenda – buscaram alterar as condições de produção e reprodução do capital para a recuperação após a crise<sup>79</sup>; o fenômeno da imigração sendo incorporado em outra

---

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

<sup>76</sup> TONELO, 2020, p. 140.

<sup>77</sup> TONELO, 2020, p. 141.

<sup>78</sup> HARVEY, 1992.

<sup>79</sup> A escolha de Joaquim Levy para Ministro da Fazenda, em 2015, foi controversa devido à sua carreira como economista neoliberal, formado pela Universidade de Chicago, seu passado como Secretário do Tesouro de Fernando Henrique Cardoso e por sua passagem pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) na década de 1990. KAFRUNI, Simone. Conheça o perfil do novo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy. *Correio Brasiliense*, 21 nov,

escala a partir da crise do metabolismo social do capital – potencializado pelos conflitos no Oriente Médio após a Guerra Civil da Síria<sup>80</sup>, em 2011 e a Crise o Terremoto no Haiti em 2010<sup>81</sup> – e; a introdução de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que vêm transformando as formas de contratação e a própria dinâmica do mundo do trabalho, naquilo que se convencionou chamar de Quarta Revolução Industrial e Indústria 4.0<sup>82</sup>.

Em suma, ocorre a combinação destes três efeitos do período pós-crise de 2007/2008 no Brasil: as mudanças na legislação trabalhista<sup>83</sup>, afetando setores tradicionais do proletariado e do funcionalismo público, debilitando as condições de trabalho destes setores e abrindo espaço para formas mais amplas de precarização; a incorporação massiva da força de trabalho imigrante, explorando o ambiente político e ideológico pós-crise nesse sentido para aprofundar a utilização desta mão-de-obra; e a introdução de novas tecnologias, com a indústria 4.0 e o trabalho em plataformas que dão forma a esta precarização e se tornam, gradativamente, uma parcela cada vez maior do volume de trabalho no país. Tais características são indícios de que se tem se consolidado esta reestruturação produtiva, um salto de qualidade em comparação com formas de exploração do período neoliberal clássico, regulando o trabalho intermitente, a “pejotização” e implosão da jornada e de todos os direitos trabalhistas conquistados no período fordista.

Evidencia-se o potencial historicamente estruturante das crises, pois o aumento do desemprego e da recessão, com a consequente diminuição das margens de redistribuição

2014. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2014/11/21/internas\\_economia,458661/conheca-o-perfil-do-novo-ministro-da-fazenda-joaquim-levy.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2014/11/21/internas_economia,458661/conheca-o-perfil-do-novo-ministro-da-fazenda-joaquim-levy.shtml). Acesso em: 30 jul. 2025. Nos primeiros meses de mandato, Levy seria responsável pelas Medidas Provisórias 664 e 665, que alteraram os benefícios da Previdência Social e do Regime Próprio dos Servidores Públicos, incluindo auxílio-doença e pensão por morte, atingindo também o seguro desemprego e abono salarial de outros trabalhadores. Levy ainda seria apontado por Jair Bolsonaro para a presidência do BNDS, em 2019.

<sup>80</sup> PROTESTERS STAGE RARE DEMO IN SYRIA. *Al Jazeera*, 15 mar. 2011. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2011/3/15/protesters-stage-rare-demo-in-syria>. Acesso em: 30 jul. 2025.

<sup>81</sup> FORTE TERREMOTO CAUSA DESTRUIÇÃO NO HAITI. *BBC News Brasil*, 12 jan. 2010. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100112\\_terremoto\\_haiti\\_np](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100112_terremoto_haiti_np). Acesso em: 30 jul. 2025.

<sup>82</sup> Ver: SCHWAB, Klaus. *A Quarta Revolução Industrial*. São Paulo: Edipro, 2018; SRNICEK, Nick. *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity, 2016; SLEE, Tom. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante, 2017; ANTUNES, R. (Org.). *O Privilégio da Servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018; ANTUNES, R. (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

<sup>83</sup> Em especial a Lei nº 13.349/2017 (Lei da Terceirização), Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e a Lei nº 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica).

material, ampliaram as dificuldades para que os danos físicos, psicológicos e ambientais, inerentes ao modo de reprodução do capital sejam compensados por meio de concessões materiais, feitas por intermédio do Estado (políticas públicas, direitos sociais), sindicatos (convenções e acordos coletivos, assistência direta, etc., ou das próprias empresas (planos de benefícios, melhorias de salário, etc.<sup>84</sup>).

Seus impactos econômicos – como a retração do crédito, a queda das exportações, a desaceleração industrial e o aumento do desemprego – expressaram uma ruptura nas dinâmicas de crescimento e nas expectativas de estabilidade que marcaram o início do século XXI. Essa ruptura interrompeu o ciclo de expansão baseado na combinação entre o boom das commodities e o crescimento do consumo interno, que até então alimentava a narrativa de um “Brasil emergente”<sup>85</sup>. Assim, o evento global reorganizou as condições materiais e simbólicas da experiência brasileira de desenvolvimento, afetando tanto a economia quanto às representações políticas e sociais do país.

Do ponto de vista da reconfiguração da temporalidade histórica, a crise de 2008 introduziu no Brasil um sentimento de incerteza prolongada, um horizonte de futuro instável e um ressentimento do “que poderia ter sido” de uma classe média radicalizada, que ecoa o presente estendido. A percepção de um ciclo global de crise permanente – caracterizado por instabilidade financeira, desaceleração do crescimento e vulnerabilidade externa – dissolveu a confiança no progresso linear que havia sustentado os anos anteriores<sup>86</sup>. Ao mesmo tempo, os efeitos políticos e sociais da crise tornaram-se evidentes na mudança do cenário político interno: o aumento das tensões distributivas, a crescente contestação das políticas de expansão do Estado e a polarização social abriram caminho para uma nova configuração de forças que culminaria na crise política iniciada pelas Jornadas de 2013, que já foi amplamente abordada por distintos

<sup>84</sup> CALDAS, 2021, p. 267.

<sup>85</sup> SINGER, André. Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>86</sup> OREIRO, José Luis; PAULA, Luiz Fernando de. *Macroeconomia da Estagnação Brasileira*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.



trabalhos<sup>87</sup>. Nesse sentido, a crise de 2008 pode ser vista como um ponto de inflexão que estruturou uma nova conjuntura histórica brasileira, marcada pela erosão do consenso desenvolvimentista e pela ascensão de discursos de austeridade fiscal e desconfiança institucional, porque eventos estruturantes produzem disputas de memória e sentido, pois instauram novos marcos de interpretação histórica.

No caso brasileiro, o período pós-2008 deu origem a narrativas concorrentes: de um lado, a memória da prosperidade interrompida e, de outro, a leitura moralizante da crise como falência do Estado intervencionista. Essas disputas narrativas, somadas à reconfiguração econômica e política, permitem compreender a crise de 2008 como um evento estruturante do tempo presente brasileiro, um acontecimento que não apenas desorganizou as estruturas anteriores, mas redefiniu o modo como o país se pensa e projeta no mundo.

Portanto, as múltiplas crises do modo de produção capitalista não permitem identificar uma mesma resposta política<sup>88</sup>, tampouco um mesmo padrão para sua causa e superação. Somente futuras dinâmicas não fundadas na concorrência e nos antagonismos de classe, grupos e indivíduos podem ensejar arranjos sociais inovadores e realmente libertadores. O que se tem, por enquanto, é que o capitalismo é crise, permeado pelas formas sociais, econômicas, jurídicas, políticas, jurídicas e ideológicas, que lhe constituem estruturalmente.

## CONCLUSÕES

A análise da Crise Financeira de 2007/2008 como um evento histórico estruturante do tempo presente revela-se fundamental para compreender os rearranjos institucionais, políticos e econômicos que moldaram o capitalismo contemporâneo. Ao adotar a História do Tempo Presente (HTP) como lente metodológica, este estudo demonstrou como a crise ultrapassa os

<sup>87</sup> Ver: GOHN, Maria G. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2014 e PALÁCIOS, Fábio. *Sob o céu de junho: as manifestações de 2013 à luz do materialismo cultural*. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

<sup>88</sup> Veja-se, como exemplo a dialética entre a Crise de 1929 e a ascensão do sistema de acumulação/regulação fordista, entre as Crises da década 1970 e a ascensão do neoliberalismo.

limites de uma conjuntura econômica passageira, assumindo o papel de catalisadora de transformações profundas nas formas de regulação, governança e organização do trabalho. A crise expôs as fragilidades do regime de acumulação neoliberal e intensificou dinâmicas estruturais que já vinham sendo gestadas desde o final do século XX, incluindo o avanço da financeirização, o aprofundamento das desigualdades e a precarização das relações de trabalho.

Ao longo do artigo, evidenciou-se que a HTP permite uma abordagem crítica e complexa dos acontecimentos recentes, articulando estrutura e evento, memória e política, ao invés de reproduzir esquemas deterministas ou economicistas. A crise foi aqui tratada não apenas como um objeto de análise econômica, mas como um sintoma das transformações na historicidade do capitalismo, o que reforça o valor heurístico dessa perspectiva historiográfica. A investigação revelou ainda como a crise operou de maneira desigual em diferentes contextos nacionais, com destaque para o caso brasileiro, cujas particularidades políticas e econômicas exigem um olhar atento à temporalidade própria de seus efeitos.

Com base nos elementos centrais de caracterização do Evento Historicamente Estruturante, retomamos que crise financeira global de 2007/2008 pode ser assim compreendida porque produziu uma ruptura profunda nas formas de organização econômica, política e social do capitalismo contemporâneo, inaugurando um novo regime de historicidade, acumulação e regulação marcados pela incerteza, pela crise de legitimidade das instituições e pela reconfiguração das relações entre Estado e mercado.

Em primeiro lugar, ela apresenta o momento de ruptura, pois desfez as bases ideológicas e práticas do consenso neoliberal consolidado desde os anos 1980, ao demonstrar os limites da autorregulação financeira e provocar um colapso sistêmico de alcance global. Em segundo lugar, a crise em análise reconfigurou a temporalidade histórica, transformando o modo como o futuro é imaginado: substituiu a narrativa de progresso e estabilidade pela de risco, austeridade e crise permanente, inaugurando um presente estendido e saturado pela imprevisibilidade – o que François Dosse<sup>89</sup> identifica como um dos traços centrais da História do Tempo Presente. Em terceiro lugar, o evento teve impactos estruturantes nas esferas política

<sup>89</sup> DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.

e social, desencadeando movimentos de contestação ao capitalismo financeiro (como o Occupy Wall Street e os “indignados” europeus e as Jornadas de Junho, no Brasil), estimulando revisões teóricas na economia e na historiografia, e expondo as contradições de um modelo globalizado.

Por fim, a crise produziu uma reconfiguração memorial e identitária, ao gerar uma consciência histórica de vulnerabilidade sistêmica e uma nova demanda por explicações e responsabilidades – dimensão que Christian Delacroix<sup>90</sup> associa à emergência de memórias coletivas em disputa. Assim, a crise de 2007/2008 não apenas marca o fim de um ciclo de expansão financeira, mas estrutura um novo modo de experimentar e narrar o tempo presente, definindo um marco interpretativo central para a historiografia contemporânea.

Conclui-se, portanto, que compreender a Crise de 2007/2008 sob a ótica da História Econômica do Tempo Presente não apenas contribui para enriquecer o campo historiográfico com novas categorias analíticas, como também possibilita iluminar os impasses atuais do capitalismo global. Ao reconhecer a crise como parte constitutiva da lógica capitalista e não como um desvio extraordinário, abre-se espaço para pensar criticamente alternativas de organização social e econômica.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

BAJAJ, Vikas; LANDLER, Mark. Mortgage Loses Echo in Europe and on Wall Street. *The New York Times*, 10 ago. 2007. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2007/08/10/business/10markets.html?ref=todayspaper>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CEPAL. Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2016, p. 8. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/db5d9d14-44ba-4f62-a08a-b0c420a6627e/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Emergency Economic Stabilization Act of 2008. Public Law 110-343, 3 out. 2008. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/COMPS-8925/uslm/COMPS-8925.xml>. Acesso em: 30 jul 2025.

<sup>90</sup> DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, jan./mar., 2018.

FORTE TERREMOTO CAUSA DESTRUIÇÃO NO HAITI. *BBC News Brasil*, 12 jan. 2010. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100112\\_terremoto\\_haiti\\_np](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100112_terremoto_haiti_np). Acesso em: 30 jul. 2025.

GALHARDO, Ricardo. Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'. *O Globo*, 4 out. 2008. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>. Acesso em: 30 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *SCNT - Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*, 2025. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib#evolucao-taxa](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa). Acesso em: 30 jul 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*, 2025. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=desemprego](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego). Acesso em: 30 jul. 2025.

KAFRUNI, Simone. Conheça o perfil do novo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy. *Correio Brasiliense*, 21 nov, 2014. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2014/11/21/internas\\_economia.458661/conheca-o-perfil-do-novo-ministro-da-fazenda-joaquim-levy.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2014/11/21/internas_economia.458661/conheca-o-perfil-do-novo-ministro-da-fazenda-joaquim-levy.shtml). Acesso em: 30 jul. 2025.

MOLLENKAMP, Carrick; CRAIG, Susanne; NG, Serena, *et. al.* Lehman Files for Bankruptcy, Merrill Sold, AIG Seeks Cash. *The Wall Street Journal*, 16 set. 2008. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB122145492097035549>. Acesso em 30 jul. 2025.

PROTESTERS STAGE RARE DEMO IN SYRIA. *Al Jazeera*, 15 mar. 2011. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2011/3/15/protesters-stage-rare-demo-in-syria>. Acesso em: 30 jul. 2025.

TRADING ECONOMICS. US Unemployment rates. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/united-states/unemployment-rate>. Acesso em: 30 jul. 2025.

URNER, Sarah. Stocks Tumble on Subprime Woes. *The Wall Street Journal*, 9 ago. 2007. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB118665412622292869>. Acesso em 30 jul. 2025.

WORLD BANK GROUP. *Open Databank*, 2025. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

## OBRAS GERAIS

AGLIETTA, Michel. *A theory of capitalist regulation: the US experience*. London: Verso, 2000.

ANTUNES, R. (Org.). *O Privilégio da Servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARROS, José D'Assunção. História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 11, p. 5-51, jan. 2008.

- BARROSO, Aloísio S. R. *Uma Economia Política da crise capitalista (2007-2017): Ascensão e o caso do Neoliberalismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.
- BÉDARIDA, François. Le Travaux de l'Institut d'histoire du temps présent. *Bulletin de l'IHTP*, n° 1, 1980, p. 10-15. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/ihtp\\_0247-0101\\_1980\\_num\\_1\\_1\\_970](https://www.persee.fr/doc/ihtp_0247-0101_1980_num_1_1_970). Acesso em: 30 jul. 2025.
- BELLUZZO, Luiz G. M. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Unesp, 2013.
- BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BLOCH, Ernst. *The Heritage of our Times*. Trad. Neville e Stephen Plaice. Berkeley: University of California Press, 1990.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- CALDAS, Camilo O. *Teoria da derivação do Estado*. 2. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, jan./mar., 2018.
- DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan./jun. 2012.
- FERREIRA, Marieta M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.
- FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la critique? *Bulletin de la Société française de philosophie*, v. 84, n. 2, p. 35-63, 1990. Disponível em: <https://blogs.law.columbia.edu/revolution1313/files/2022/01/Michel-Foucault-Quest-ce-que-la-Critique-1.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- GOHN, Maria G. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2014.
- GUTTMANN, Robert. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nov./2008.
- HAIDAR, Jamal I. Sovereign Credit Risk in the Euro Zone. *World Economics*, v. 13, n. 1, 2012.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

- HARVEY, David. *A Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992
- HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HIRSCH, Joachim. *Teoria materialista do Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- JESSOP, Bob. *Nicos Poulantzas: marxist theory and political strategy*. Nova Iorque: Macmillan, 1985.
- JESSOP, B. Regulation Theories in Retrospect and Prospect. *In: Economy and Society*, v. 10, n. 2, p. 153-216, 1990.
- LACOUTURE, Jean. A História Imediata. *In: LE GOFF, Jacques. (Org). A História Nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 216-241.
- LE GOFF, Jacques. (Org). *A História Nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LIPIETZ, Alain. Accumulation, crisis and way outs: some methodological reflections on the concept of 'regulation'. *International Journal of Political Economy*, v. 18, n. 02, 1988, p. 10-43.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020
- MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016: a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016.
- OREIRO, José Luis; PAULA, Luiz Fernando de. *Macroeconomia da Estagnação Brasileira*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.
- PACHUKANIS, Evgeny. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- PALÁCIOS, Fábio. *Sob o céu de junho: as manifestações de 2013 à luz do materialismo cultural*. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro. Editora Intrínseca, 2014.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Trad. Rita Lima. São Paulo: Paz & Terra, 2009.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Editora da Unicamp: Campinas, 2019.
- RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. *História (São Paulo)*, v. 42, 2023.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- ROUSSO, Henry. L'histoire du temps présent, vingt ans après. *Bulletin de l'IHTP*, n. 75, jun., 2000. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/ihtp\\_0247-0101\\_2000\\_num\\_75\\_1\\_1686](https://www.persee.fr/doc/ihtp_0247-0101_2000_num_75_1_1686). Acesso em: 30 jul. 2025.



- ROUSSO, Henry. The Latest Catastrophe: History, the Present, the Contemporary. *H-France Review*, v. 17, n. 93, jun. 2017. Disponível em: <https://www.h-france.net/vol17reviews/vol17no93campbell.pdf>. Acesso em: 31 out. 2025.
- ROUSSO, Henry. Vers une mondialisation de la mémoire. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n. 94, abr.-jun., p. 3-10, 2007.
- SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. 1ª edição. São Paulo, Boitempo, 2018.
- SALAMA, Pierre. *Estado e Capital: O Estado capitalista como abstração real*. In: Estudos CEBRAP, n. 26, São Paulo, p. 120-156, 1980.
- SCHWAB, Klaus. *A Quarta Revolução Industrial*. São Paulo: Edipro, 2018.
- SEIGNOBOS, Charles; LANGLOIS, Charles V. *Introdução aos Estudos Históricos*. Curitiba: PatolaLivros, 2017.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SLEE, Tom. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante, 2017
- SRNICEK, Nick. *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity, 2016.
- STIGLITZ, Joseph. *A Globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura Editora, 2002.
- TONELO, Iuri. *Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008*. In: ANTUNES, R. (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- VILAR, Pierre. *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1982
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Trad. Renato Aguiar. São Paulo: Contraponto, 2007.

Recebido em: 31/07/2025 - Aprovado em: 05/12/2025